

J.B.
11/12/97
1243

Brasil

A Amazônia pede socorro

Relatório de deputado mostra que região perde por ano, com desmatamentos e queimadas, área do tamanho do Espírito Santo

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA - Os desmatamentos, a alteração florestal (pela ação de madeiras e garimpos) e os incêndios destroem, por ano, cerca de 50 mil quilômetros quadrados de floresta na Amazônia - uma área do tamanho do estado do Espírito Santo.

As informações constam de um relatório do deputado Gilney Viana (PT-MT), apresentado ontem na comissão externa da Câmara que investiga a ação de madeiras asiáticas na região. O deputado defende uma moratória de desmatamento na Amazônia por 10 anos, a proibição de queimadas a partir do ano que vem e uma auditoria nas madeiras estrangeiras, entre outras medidas.

As irregularidades encontradas no trabalho das madeiras envolvem desde a falta de plano de manejo até a exploração ilegal de madeira em áreas indígenas. Das 13 madeiras investigadas pela comissão, 11 já foram autuadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e quatro são acusadas de retirar madeira de áreas indígenas.

O presidente do Ibama, Eduardo Martins, afirma que o governo está atento à ação das madeiras e que, só este ano, sete das nove que estão em atividade foram mudadas em R\$ 1 milhão - duas no Pará e sete no Amazonas. Martins diz que o deputado Gilney Viana preparou seu relatório com dados fornecidos pelo próprio Ibama.

Gilney afirma que o governo costuma divulgar somente os dados sobre os desmatamentos na região, que chegam a 18 mil kms² por ano. "É preciso somar a este número as agressões feitas por madeiras, que retiram da mata apenas madeira nobre, como o mogno", defende o deputado. A cada ano, as madeiras devastam uma área de 11 mil km².

O relatório mostra que em 13 empresas investigadas, 92% apresentaram irregularidades envolvendo o manejo florestal, compra irregular de madeira e exploração ilegal em áreas indígenas.

Incêndios - O deputado cita, também, dados do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipan), mostrando que só os incêndios acidentais destroem, por ano, 22 mil kms². "Os incêndios se propagam para a floresta ainda preservada, a partir das queimadas feitas para o plantio em áreas já desmatadas", afirma o deputado. Esta situação, segundo ele, não tem sido lembrada na avaliação do desflorestamento da região.

O relator chama atenção para os efeitos da reforma agrária e da colonização. "Nos últimos 30 anos, o governo utilizou 255 mil kms² na região para assentar famílias, o que representa 88% do total utilizado em todo o país para fazer a reforma agrária", diz Gilney Viana. O deputado lembra que a opção pela Amazônia não ocorreu apenas durante o regime militar.

"No governo Fernando Henrique, 55 mil kms² foram usados para a reforma agrária na Amazônia, especialmente em Mato Grosso e no Pará. Do total, 47 mil kms² são áreas de floresta. O deputado criti-

ca a política do governo, afirmando que ocupar terras na Amazônia tem baixo custo financeiro e alto custo ambiental, além de expor os assentados a condições difíceis de sobrevivência e abrir caminho para a ação das madeiras".

O relatório afirma que a fiscalização feita pelo Ibama na região é insuficiente. Apenas 10% das áreas desflorestadas a cada ano contam com autorização do instituto. "Nesse quadro, a política florestal acaba se reduzindo à política madeireira", afirma o deputado.

O relatório mostra que, em 89, o Brasil detinha 2,2% das exportações mundiais de madeiras tropicais. Em 95, alcançou 8%, enquanto a Malásia e a Indonésia, principais exploradores, diminuíram suas participações.

Planos suspeitos - O deputado sustenta que os Planos de Manejo Florestal de Rendimento Sustentável, aprovados pelo Ibama, não funcionam. Há dúvidas sobre o tempo de regeneração da floresta e também quanto ao nível técnico e à idoneidade dos projetos aprovados. "Tanto que o instituto suspendeu ou cancelou 70% dos planos autorizados entre 1977 a 1996", afirma o deputado.

A presença de madeiras estrangeiras na Amazônia, na opinião do relator, preocupa muito, mas não pela extensão de áreas adquiridas até agora - 15 mil kms². "O problema é que elas estão se instalando nos dois principais centros madeireiros do país - Belém e Manaus - com a intenção de dominar o mercado a médio prazo", alerta Gilney.

No Pará, a participação de empresas identificadas como estrangeiras no total exportado é pequena (de 1,6%) em 97. Já no estado do Amazonas, as madeiras estrangeiras são responsáveis por 93,7% do total exportado este ano.

O relator chama atenção para os resultados das queimadas em áreas desmatadas e para os incêndios na floresta. "Estudos do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipan) mostram que de 6 a 10% da área de floresta que se estende ao longo de regiões já desmatadas - norte do Mato Grosso, sul do Pará e Rondônia - estão sujeitos ao fogo acidental", relata Gilney Viana. Estes focos de incêndio nem sempre são captados por satélites.

A partir dos resultados do estudo do Ipan, o deputado alerta que, em 20 anos, cerca de 440 mil kms² de floresta poderão ser destruídos. "As queimadas estão aumentando e, em 97, houve um crescimento de 33,4% no número de focos de calor captados pelo satélite NOAA-12", diz o relator.

O deputado aponta como áreas que fazem parte do "cinturão do fogo" o extremo sudoeste do Amazonas, o norte do Acre, todo o estado de Roraima, o nordeste do Pará, o norte de Tocantins e o oeste do Maranhão. "O mesmo padrão de focos de fogo registrados na década de 70 está se repetindo agora."

No relatório, o deputado chama atenção, ainda, para o avanço da soja em direção à Amazônia. "Depois de ocupar quase todo o Cerrado, este ano o produto foi plantado no Pará, no Amazonas e em Roraima.



O QUE O RELATÓRIO PROPÕE

- Moratória de desmatamento por 10 anos
- Proibição de queimadas a partir de 1998
- Meta de 10% de Unidades de Conservação da Área da Amazônia até o ano 2000
- Declarar todas as terras públicas federais, na Amazônia. Unidades de Conservação
- Aprovação da Lei sobre Crimes Ambientais
- Definir e declarar áreas de exclusão de atividades madeireiras

- Considerar as áreas florestadas - para efeitos legais, fiscais e bancários - propriedade produtiva
- Isentar de impostos federais as áreas de Florestas Primárias e estimular a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN)
- Estabelecer isenção do ITR para toda a área de Projeto de Manejo Florestal, durante todo o ciclo
- Sugerir ao Executivo que se posicione a favor de uma Convenção Mandatária Internacional sobre Floresta, no âmbito da ONU

- Renovar a moratória do mogno e incluí-lo no Anexo II da Cites
- Submeter todas as empresas transnacionais madeireiras à auditoria ambiental
- Exigir para todas as empresas exportadoras de madeira a Meta AIMT/ITTO - 2000
- Excluir da desapropriação para efeito de reforma agrária tradicional as áreas de Floresta Primária Amazônica
- Incluir o Ibama no Sipam-Sivan e oferecer-lhe condições materiais e humanas

Madeira acha que não destrói

ANTÔNIO JOSÉ SOARES
Agência JB

BELÉM - O representante do Conselho de Madeiras da Malásia, Chea Kam Huan, que esteve no II Congresso Internacional de Compensados e Madeira Tropical, diz que um dos objetivos da entidade é tirar a questão ambiental da alçada dos órgãos públicos que tratam das políticas de desenvolvimento. Para Huan, só assim se permitirá que "o setor florestal e madeireiro, num país periférico,

alavanque o pleno emprego e o crescimento econômico".

A presença dos asiáticos na Amazônia é preocupante. Mas o superintendente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Paulo Koury, acha que tais serrarias não podem ser responsabilizadas pelo desmatamento, pois ainda estão em fase de implantação e talvez só comecem a operar em 98. Para Huan, é hipocrisia atribuir à Malásia a pecha de maior devastador de florestas do mundo. Ele acusa a França e a In-

glatera de terem acabado com muitas florestas da África e da Ásia, cortando madeira de forma irracional.

A Malásia, com 32.086 milhões de hectares, é o maior produtor mundial de toras e divide com a Indonésia a liderança de madeiras aparelhadas. Ainda assim, segundo Huan, o país consegue manter 60% de sua cobertura vegetal nativa.

O sucesso do setor na Malásia, segundo Huan, deve-se ao fato de as florestas serem públicas e o setor privado comprar a madeira do governo.

Predadores usam colonos

ALEXANDRE MANSUR

A falta de planejamento na distribuição de terras na Amazônia transformou os colonos em ponta-de-lança da exploração predatória das madeiras. Os pequenos agricultores também contribuem, involuntariamente, para o desmatamento da região, alertam organizações não-governamentais (ONGs) de ambientalistas.

Segundo o diretor de desenvolvimento do Greenpeace, Paulo Adário, os lotes distribuídos estão localizados perto de madeiras e longe de fontes de água. "As terras próximas aos igarapés já têm dono. Geralmente, os colonos recebem do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) apenas o lote e uma lona azul, para cobrir o barraco. Sem recursos, o agricultor desmata 1 hectare de terra para fazer sua roça e arrenda o resto a uma empresa madeireira", explicou.

"Os colonos cumprem esse papel por absoluta falta de opção", ressaltou Paulo Adário, que em 1994 enviou à Câmara dos Deputados um relatório que deu origem ao trabalho do deputado Gilney Viana. "Infelizmente, a relação entre a reforma agrária na Amazônia e os desmatamentos é escandalosa", afirmou.

Os donos de terras na Amazônia são obrigados por lei a deixar intacto 80% da floresta. "Mas os agricultores usam essa reserva de floresta em pé para extrair madeira. Com isso, a vegetação fica mais vulnerável", disse o biólogo Daniel Nepstad, do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipan), ONG sediada em Belém.

Proteção - Na floresta, a copa das árvores maiores forma uma cobertura contínua de folhas que deixa o solo sempre úmido e sombreado. A temperatura no nível do chão raramente passa de 28 graus centígrados. "Se você jogar querosene e um fósforo aceso, a floresta não pega fogo", afirmou Daniel.

Quando as árvores são derrubadas para extração da madeira, o solo perde a proteção. Além disso, aumenta a quantidade de galhos e folhas secas sobre o chão, material altamente combustível.

O Ipan fez um estudo de campo envolvendo 370 propriedades rurais em quatro estados da Amazônia Legal: Acre, Mato Grosso, Pará e Rondônia. O levantamento revelou que um terço dos desmatamentos é feito por pequenos proprietários, com menos de 100 hectares de terra.

"Esse é o desmatamento mais difícil de ser controlado, porque está ligado à subsistência de quem vive na região", afirmou Eduardo Martins, presidente do Ibama.

A ação das madeiras não entra diretamente no cálculo do desmatamento porque elas não fazem o corte raso. Mas não é uma ação desprezível, segundo Daniel. "A cada ano, o tamanho da área afetada pela extração de madeira (mais de 11 mil quilômetros quadrados), é similar àquela desmatada (15 mil quilômetros quadrados)", informou.